

O discurso testemunhal e a produção da categoria “vítima”

Suzane de Alencar Vieira

Resumo: Este trabalho discute a relação entre catástrofe e testemunho a partir da vasta produção testemunhal (biografias, narrativas cinematográficas e fotografias) sobre as vítimas da catástrofe radiológica com Césio-137, desencadeada em 1987, em Goiânia. Em 21 anos de catástrofe e cessada a contaminação radiológica, o número de vítimas continua a aumentar. As vítimas são produzidas discursivamente a partir dos testemunhos que atualizam, ampliam e definem o evento. Os testemunhos configuram um campo de intensas disputas políticas em torno da definição da categoria vítima e da extensão e intensidade da catástrofe. Nesse contexto, o estudo sobre o testemunho permite problematizar a categoria “vítima” e a temporalidade do evento radiológico.

Palavras-chave: testemunho, narrativas e vítimas de catástrofe.

Abstract: This paper intends to discuss the relation between catastrophe and testimony based on the great production of testimonial narratives (biographies, narrative film, and photos) about the victims of radiological catastrophe with Cesium-137, started in Goiânia in 1987. In spite of the cessation of the radiological contamination, during 21 years, the number of victims is increasing. The victims are produced by the testimonial discourses that also update, extend, and define the event. The testimonies shape a field of intense political debates that intends to define the category of victim and to delimit the catastrophe. In this context, the studies about testimonies enable a discursive approach to the category of “victim” and the temporality of the radiological event.

Key-words: testimony, narrative, and victims of catastrophe.

A vítima é uma figura que emerge das catástrofes. A trajetória das vítimas está entremeada à história da catástrofe. No caso do acidente radiológico com o Césio-137, a catástrofe não apenas marca traumáticamente a trajetória como também se inscreve substancialmente nos corpos das vítimas e na sua descendência. Existe uma conjunção inextrincável entre a catástrofe e as vítimas instaurada pela contaminação radiológica.

Vinte e um anos depois do estopim do acidente, os efeitos da radiação continuam a agir nos corpos das vítimas e se reproduzem em distúrbios genéticos ao longo de gerações. Cessada a contaminação radiológica, a catástrofe¹ continua a produzir suas vítimas através de um intrincado processo político de reconhecimento da vítima. Os discursos de vitimização

¹ A catástrofe não se encerra com os procedimentos de descontaminação, mas permanece inscrita nos corpos das vítimas e acompanha o processo discursivo de produção da categoria de vítima.

assumem a forma de testemunho forjado na interseção entre a experiência da vítima e a experiência do relator ou autor.

A trama da catástrofe é muito complexa e alguns dos seus episódios cruciais apenas são revelados a partir dos relatos das vítimas. A cada novo episódio aventado novas vítimas são identificadas nos discursos. As narrativas assumem um papel crucial na delimitação da catástrofe ao perfazer a conexão entre a vítima e a contaminação radiológica. As narrativas alinhavam a trajetória das vítimas à trama do evento.

A catástrofe radiológica foi desencadeada quando dois rapazes, Wagner Motta Pereira e Roberto Santos Alves, encontraram nas ruínas do desativado Instituto Goiano de Radiologia uma peça de aparelho radioterápico que continha uma cápsula de Césio-137, em setembro de 1987. A partir do momento em que o invólucro da cápsula foi rompido, a radiação começou a ser liberada. Lugares, pessoas, animais, plantas e objetos que estiveram nas imediações da fonte radioativa foram contaminados.

A peça de chumbo com a cápsula incógnita foi vendida a um dono de ferro-velho, Devair Alves Ferreira, que ao examinar a cápsula no escuro descobriu suas propriedades luminosas. Uma intensa luz azul escapava-lhe do interior, em um espetáculo luminoso que encantou toda vizinhança. Devair distribuiu porções do pó brilhante sob a forma de dádiva entre amigos e parentes. As pessoas e os objetos contaminados tornaram-se fontes de radiação e contaminaram pessoas de sua convivência. Em algumas semanas, toda a pequena comunidade de parentes e vizinhos adoeceu. A cápsula foi levada para a sede da vigilância sanitária e submetida à apreciação de alguns especialistas. E finalmente, descobriu-se que se tratava de uma cápsula de Césio-137. A partir desse ponto, toda a sequência de ações é assimilada como uma sucessão de eventos de uma catástrofe.

Os procedimentos de contenção, controle e de descontaminação, muitas vezes, improvisados, lançaram mais pessoas na esteira da contaminação radiológica. Os funcionários do CRISA (Consórcio Rodoviário Intermunicipal) e da Construtora Andrade Gutierrez que foram recrutados para o trabalho de demolição das casas e logradouros afetados tornaram-se vítimas, juntamente com policiais militares e bombeiros mobilizados para a contenção e vigilância dos bairros. Entre médicos e outros profissionais da saúde, muitas outras pessoas que prestaram assistência às vítimas também foram contaminadas. As primeiras vítimas tiveram suas casas e todos seus bens destruídos e transformados em lixo radioativo, e foram mantidas em regime de isolamento em um ginásio de esportes ou em hospitais. Os testes de dosimetria, exame para detecção da radiação no corpo humano, eram usados para certificar a condição de vítima que, então, era definida pelo contato direto com a substância radiológica

(contaminação) e pela exposição à radiação (irradiação). Esses trabalhadores e muitos moradores dos bairros afetados, que não foram submetidos a esse monitoramento, apresentaram, anos mais tarde, doenças relacionadas à radiação. No entanto, a comprovação de sua condição de vítima atravessa um complicado processo político de reconhecimento através do testemunho, em contrapartida ao discurso oficial que tende a limitar o acidente aos acontecimentos de 1987 e a restringir o número de vítimas.

O número de vítimas é tema de muitas disputas políticas e contestações. Os dados oficiais registram 896 vítimas distribuídas em 4 grupos conforme os níveis de contaminação e 14 mortes. Esses dados são contestados pela Associação de Vítimas e pelo Ministério Público. A Associação e o órgão federal incorporam no rol de vítimas os funcionários das empresas que atuaram no processo de descontaminação, os policiais e bombeiros, além dos filhos e netos das vítimas que apresentam problemas de saúde decorrentes da alteração genética provocadas pela radiação. A dosimetria² que, em 1987, era um procedimento decisivo para identificar e classificar as vítimas, após o período de contaminação radiológica, entre 1987 e 1988, não mais constitui o critério fundamental na definição da vítima. A partir desse momento, foi preciso recorrer a mecanismos alternativos para tornar possível o reconhecimento de novas vítimas.

A conexão entre as vítimas e a substância é refeita através dos discursos testemunhais. Esses discursos evocam uma intrincada rede de relações, ações, objetos e situações que poderiam ter, no passado, colocado as vítimas em contato com a radiação. Nesse contexto, narrar torna-se fundamental na definição da vítima. Além da rede de contaminação propriamente dita, subjaz outra rede que corresponderia a diversas maneiras de conectar pessoas à catástrofe através das narrativas que sugerem novas possibilidades de afetação do evento no presente.

Inicialmente, foram identificadas como vítimas a parentela de Devair, Wagner e Roberto, alguns moradores dos bairros atingidos e funcionários da vigilância sanitária. Essas pessoas, além de terem sido gravemente contaminadas depois do contato direto e prolongado com a fonte radioativa, tiveram suas casas destruídas e seu drama foi acompanhado de perto pela imprensa regional e nacional no ano de 1987. Essas primeiras vítimas aparecem como personagens nas primeiras narrativas produzidas sobre a catástrofe como o livro de do jornalista Fernando Pinto *A menina que comeu Césio* (publicado em dezembro de 1987) e no filme de Roberto Pires *Césio 137: o pesadelo de Goiânia*. Essas vítimas são registradas nas

² Procedimento de radioproteção que visa determinar a taxa de exposição à radiação.

primeiras listas oficiais e nos prontuários médicos e fichas de cadastramento da Fundação Leide das Neves criada para prestar assistência às vítimas. Sua condição de vítima é inegavelmente atestada e confirmada por todos esses registros. Essas vítimas têm sua história narrada, publicada, conhecida e reconhecida.

Ao longo dos anos que se sucederam à descontaminação radiológica, a definição de vítima torna-se mais complexa. As pessoas, que se descobrem vítimas a partir da manifestação dos efeitos tardios da irradiação, precisam buscar outras formas para comprovar essa condição. O caráter testemunhal das narrativas sobre o evento torna-se decisivo para a construção da categoria de vítima. Os relatos pessoais sobre a dor e sobre a experiência traumática aparecem nas narrativas jornalísticas e cinematográficas como um modo de inserir a vítima não reconhecida oficialmente na trama do evento. Nos dossiês elaborados pelas vítimas para reivindicar algum benefício do governo, são anexadas essas narrativas recortadas de jornais e, sobretudo, as narrativas fotográficas.

A fotografia é o tipo de narrativa testemunhal privilegiado nos discursos sobre as vítimas. O caráter testemunhal da fotografia da catástrofe reside tanto em sua gênese automática e em sua forma indicial, quanto na possibilidade de comunicar, presentificar e atualizar uma experiência traumática. O fotografar revela-se como uma tentativa de tornar o sofrimento das vítimas comunicável através da imagem. Conforme sugestões de Susan Sontag (2003), na representação da dor do outro, a fotografia é um meio incisivo e penetrante. A fotografia, em sua forma sucinta e direta, facilita a memorização e dessa maneira é capaz de transformar imagens em emblemas de uma catástrofe.

No entanto, a mera exposição ou constatação das cicatrizes e das diversas manifestações somáticas da contaminação não garantem o reconhecimento ou a identificação da vítima se não estiverem organizados em forma de discurso jurídico, político, científico e médico. A definição da categoria de vítima possui uma configuração complexa e polifônica na qual o discurso pessoal da vítima é respaldado por argumentos médicos e científicos e atestado pelo autor da narrativa. As vítimas aparecem nesses discursos como alguém que detêm uma verdade corporal sobre o evento, uma experiência particular, incomparável e exclusiva do trauma.

A categoria vítima não é evidente ou dada de antemão, mas é constituída no discurso. A produção do discurso testemunhal conta com a participação incisiva do jornalista ou escritor. Não existem autobiografias publicadas pelas vítimas. Os depoimentos das vítimas são incorporados nas narrativas de jornalistas, escritores e cineastas. A perspectiva das vítimas não é a base sobre a qual as narrativas são constituídas. O caráter testemunhal das

narrativas, sobretudo, aquelas produzidas no período imediatamente posterior ao início da catástrofe, reside na possibilidade do narrador partilhar uma experiência do evento. Esse aspecto compartilhável da experiência da catástrofe é crucial para a constituição do testemunho.

A experiência do evento tende a envolver ou absorver aquele que escreve. O sentido de testemunho, nesse caso, remonta à noção de *testis*, terceira pessoa da cena jurídica que atesta a experiência de outrem. O narrar o acontecimento e a vida das vítimas coloca o narrador ou produtor da narrativa em relação como a catástrofe. O jornalista Weber Borges, por exemplo, em seu trabalho como produtor da TV Goya³, participou das primeiras reportagens sobre a catástrofe. A narração dos fatos o comprometeu inteiramente com os acontecimentos e o lançou na disputa política pelo controle das informações e por uma definição unívoca do acidente. O acidente aparece como um marco significativo em sua trajetória e provoca uma grande mudança na sua vida. Esse envolvimento culminou na sua demissão do jornal onde trabalhava, interrompendo temporariamente seu trabalho como repórter, e na sua posterior contratação como assessor de imprensa da CNEN (Comissão Nacional de Energia Nuclear).

Essa mudança de perspectiva afasta o jornalista de seus propósitos de denúncias e o engaja na produção de informações oficiais sobre o evento. O testemunho de Weber Borges no livro de sua autoria *Eu também sou vítima*, publicado em 2003, revela uma forma de participação intensa no evento que não está amparada na condição de vítima. O livro narra o evento como uma acirrada crise política em que o controle sobre as informações e também sobre a maneira de narrar o evento era crucial na determinação dos responsáveis pelo acidente.

Os produtores das narrativas são engolidos pelo evento na medida em que se inserem na trama de disputas políticas em torno das versões sobre a catástrofe. Assim, dependendo do modo como a história do evento é contada, a catástrofe modifica sua forma, intensidade e temporalidade, além da estimativa do número de vítimas.

O testemunhar se coloca para Weber como um compromisso ou imperativo de relatar sua experiência pessoal da catástrofe/crise ao reconhecer nessa experiência e em sua posição uma condição privilegiada de enunciação. O jornalista e político Fernando Gabeira também constrói uma narrativa política organizada por sua experiência pessoal do evento. No livro *Goiânia, rua 57: o nuclear na terra do sol*, publicado em 1987, Gabeira situa o acidente

³ Naquela época, a emissora do SBT (Sistema Brasileiro de Televisão) na cidade de Goiânia.

radiológico dentro de um contexto político de Estado militarizado e de um incipiente projeto nuclear nacional. O acidente é construído no discurso de Gabeira como um episódio exemplar para refrear a política nuclear e expor o paradoxo entre a incorporação de tecnologias sofisticadas e a pobreza e desinformação da população.

A produção do testemunho nesses termos não constitui uma simples apropriação da narrativa das vítimas, mas um relato do evento entrecortado por traços da experiência pessoal do autor. Ao contrário de uma definição convencional de testemunho que separa a experiência do lado do informante e a escritura do lado do transcritor, o discurso testemunhal no caso do evento radiológico inclui a experiência do escritor. O discurso testemunhal pressupõe um interlocutor e tanto a “testemunha” quanto o transcritor ou o tradutor participam da construção da narrativa. A experiência da catástrofe não apenas marca a vida pessoal das vítimas, mas também sua trajetória profissional do escritor que tenta dar uma forma narrativa àquilo que ele também viveu muito intensamente.

Existe um comprometimento do narrador com a versão que instaura sobre o evento e com a experiência das vítimas. Ao narrar, o produtor de um livro ou documentário é lançado para o interior da trama do evento. Nesse intrincado processo de narração, a categoria de vítima é redefinida e ampliada em franca contestação dos registros oficiais. Além da vítima, a figura do escritor ou cineasta é crucial para a elaboração do testemunho. A produção testemunhal sobre a catástrofe com o Césio 137 interpela diretamente a definição categórica de testemunho ao estender seu escopo e sua forma narrativa de modo a incluir também o escritor ou autor.

O testemunho é uma narrativa que emerge da catástrofe e está indissociavelmente relacionada ao trauma e ao sofrimento. Os estudos sobre testemunho apresentam uma nova abordagem para a produção literária e artística. Seligmann-Silva (2005) percebe uma tensão no discurso testemunhal entre o indicial e o simbólico. Se, por um lado, o testemunho rejeita o uso de representações metafóricas em favor de uma escrita em forma de índices do “real” para certificar uma experiência incontestável, por outro, necessita de artifícios poéticos para tentar contornar a dificuldade de expressão lingüística do sofrimento. A tendência dessa linguagem a se metamorfosear em coisa é revertida por uma poética da fragmentação e do sublime típica da apresentação da catástrofe. O sublime se oferece como uma estética para exprimir o indizível, o arrebatamento frente ao terror.

O testemunho não apenas narra o evento, mas também narra a dificuldade de textualizá-lo. A conexão entre linguagem e evento está a todo tempo ameaçada por uma fórmula paradoxal que Seligmann-Silva (2003) designa como “excesso de realidade”. Dada

sua tremenda intensidade ou violência, a experiência migra para o campo do inimaginável e é tomada como inverossímil ou impossível. Esse impasse da linguagem que perdeu seu nexo real apenas pode ser superado com o recurso da imaginação. A ficcionalização da experiência, segundo constata Veenas Das (2007), também figura como um artifício para tornar a experiência apreensível.

Apesar dessa formulação genérica da problemática característica desse gênero literário, o testemunho assume a forma e os sentidos conferidos por eventos históricos e contextos culturais específicos. Seligmann-Silva (2005) problematiza a diferença entre o testemunho (na acepção alemã *Zeugnis*) e *testimonio* (no sentido vigente na América Espanhola). Enquanto na Alemanha o referente para testemunho é a segunda guerra mundial e a *Shoah* e influências da psicanálise e da teoria da memória caracterizam o conceito, na América Espanhola, em um quadro de regimes ditatoriais, perseguição e repressão política, o *testimonio* mantém estreita relação com a confissão religiosa.

Enquanto as narrativas testemunhais na América Latina relatam um tempo, qual seja, o período em que vigorou as ditaduras militares, os testemunhos da catástrofe radiológica situam a experiência em um acontecimento específico cujos efeitos se estendem até o presente. As marcas do tempo histórico de transição da ditadura para o regime democrático é manifesta em relatos que pontuam a censura das informações, nas ações militarizadas nos procedimentos de descontaminação e no medo da população com relação ao monitoramento da equipe de técnicos da CNEN. Em grande medida, os relatos do acidente remetem a um tempo em suspensão, a uma ruptura no curso da vida cotidiana.

A experiência traumática não se encontra limitada ao passado. A ruptura no fluxo da vida cotidiana ainda não foi contornada ou restituída. A catástrofe persiste materialmente no depósito de rejeitos radioativos para onde os bens contaminados das vítimas foram armazenados e nos corpos das vítimas afetados pela ação mutagênica da energia nuclear. A história da catástrofe com o Césio-137 apresenta um desafio à antropologia e à historiografia por se tratar de um evento refratário a temporalizações definidas. As narrativas e as disputas discursivas estendem a temporalidade do evento de modo a sempre adiar seu fim definitivo.

Referências bibliográficas

DAS, Veena. *Life and words: Violence and the descent into the ordinary*. University of California Press, 2007.

BORGES, Weber. *Eu também sou vítima: a verdadeira história sobre o acidente com o césio em Goiânia*. Goiânia: Kelps, 2003.

GABEIRA, Fernando. *Goiânia, Rua 57: O nuclear na terra do sol*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

PINTO, Fernando. *A menina que comeu Césio*. Brasília: Ideal, 1987.

SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.). *História, memória, literatura: O testemunho na era das catástrofes*. Campinas: Unicamp, 2003.

_____. *O local da diferença: ensaios sobre memória, arte, literatura e tradução*. São Paulo: Editora 34, 2005.

SONTAG, Susan. *Diante da dor dos outros*. Trad. Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das letras, 2003.